

ENTRE MUROS E PALAVRAS: O SIGNIFICADO DA ESCOLA PARA ADOLESCENTES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Regina Gabriele da Silva Moreira ¹

Pâmela Suelli da Motta Esteves ²

RESUMO

A educação escolar é um direito de todos os adolescentes e, portanto, deve ser garantida mesmo durante o cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade. Esta pesquisa, desenvolvida no Grupo de Estudos sobre Violência Escolar (GEVES), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias, da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF/UERJ, tem como objetivo refletir sobre a influência da escola na trajetória dos adolescentes antes da prática do ato infracional, bem como seu papel enquanto parte da medida socioeducativa, no período em que estão em privação de liberdade. A investigação tem como campo empírico o Centro de Socioeducação Aeroporto Dom Bosco, localizado na Ilha do Governador, na Cidade do Rio de Janeiro. Foram realizadas rodas de escuta com adolescentes em cumprimento de medida, nas quais emergiram percepções sobre o significado da escola em suas vidas, tanto antes do ato infracional quanto durante a privação de liberdade. A metodologia adotada incluiu levantamento bibliográfico com os descritores: socioeducação, privação de liberdade e escola, além das rodas de escuta como instrumento qualitativo de coleta de dados. Para a discussão teórica, destacam-se autores como Miguel Arroyo, com reflexões sobre a educação como processo de formação do ser, sendo um processo de humanização; Michel Foucault, com a noção de tecnologias de poder e formação de corpos dóceis; Pierre Bourdieu, com o conceito de violência simbólica; e Silva, Alberto e Costa, discutindo as concepções de medidas socioeducativas. A pesquisa, ainda em andamento, aponta como resultado preliminares que as práticas escolares afetaram diretamente na trajetória desses adolescentes, tanto antes quanto durante o período de privação de liberdade. A partir das falas dos participantes, observa-se que as experiências escolares foram, em muitos casos, marcadas por exclusão, estigmatização e distanciamento, o que contribuiu para o afastamento deles da escola.

Palavras-chave: Trajetória Escolar, Socioeducação, Adolescência, Privação de Liberdade, Violência Simbólica.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação, Cultura e Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FEBEF, reginagabimaster@gmail.com;

² Professora Orientadora: Doutora, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FEBEF, pamelasme84@gmail.com



INTRODUÇÃO

A escola, constitucionalmente garantida como um direito fundamental e espaço de formação cidadã, nem sempre se concretiza como um ambiente de acolhimento e pertencimento para adolescentes em situação de vulnerabilidade. Para muitos jovens das periferias urbanas, marcados por trajetórias de exclusão social, pobreza, racismo e violência institucional, a escola pode se tornar um espaço de frustração, fracasso e silenciamento. A problemática se agrava quando esses adolescentes passam a cumprir medidas socioeducativas de privação de liberdade, pois, embora a escolarização seja assegurada legalmente nessas instituições, a vivência escolar nem sempre representa um reencontro com o direito à educação, mas, por vezes, uma repetição das exclusões vividas anteriormente.

Partindo da perspectiva de que a escola pode ocupar lugares ambíguos — ora como mecanismo de disciplinamento e controle, ora como possibilidade de reconhecimento e transformação —, este estudo busca compreender os sentidos atribuídos à escola por adolescentes em privação de liberdade, a partir da escuta de suas vivências escolares antes e durante o cumprimento da medida. A pesquisa se ancora em uma abordagem qualitativa, com rodas de escuta realizadas no Centro de Socioeducação Dom Bosco (DEGASE/RJ), e na análise de conteúdo (Bardin, 2011) como técnica de sistematização e interpretação dos dados.

Do ponto de vista teórico, a investigação dialoga com autores como Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Miguel Arroyo e Paulo Freire, a fim de tensionar as relações entre educação, poder, exclusão e subjetividade. A análise revela que, para muitos desses adolescentes, a escola esteve presente como uma instituição de vigilância, punição simbólica e negação de reconhecimento. Ainda assim, mesmo em meio às contradições, emergem nas falas desejos de pertencimento, valorização do saber e reconstrução de laços sociais, indicando que a escola, se ressignificada, pode ocupar lugar potente na reconstrução de trajetórias.

O objetivo central do trabalho é analisar os sentidos atribuídos à escola por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, identificando as experiências escolares que antecederam o ato infracional e as percepções



desses sujeitos sobre a escolarização no contexto da internação. A escuta aparece, aqui, não apenas como técnica, mas como um ato ético-político que reconhece a legitimidade das vozes juvenis como produtoras de saberes. Os resultados parciais da pesquisa indicam que práticas pedagógicas que operam na via do acolhimento e do reconhecimento simbólico podem colaborar para o resgate do sentido da escola, mesmo em contextos de privação.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem natureza qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, tem como base metodológica a roda de escuta, como gesto metodológico, ético e político. O estudo foi realizado no Centro de Socioeducação Dom Bosco, unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), localizada na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro. A instituição acolhe adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990).

O trabalho de campo se desenvolveu por meio de rodas de escuta com adolescentes internados, realizadas semanalmente às segundas-feiras, com a presença de três pesquisadores do grupo. Os encontros foram previamente autorizados pela equipe técnica da unidade e seguiram todos os protocolos institucionais de segurança. Por norma, os pesquisadores não podiam portar objetos pessoais, como celulares, sendo autorizados a entrar apenas com os materiais das dinâmicas (folhas, lápis de cor, canetinha) e um lanche simples (biscoito e refrigerante de embalagem transparente, como Guaraná), que era oferecido no final da roda para os adolescentes.

As rodas eram organizadas em uma sala reservada para a dinâmica, com as cadeiras dispostas em círculo, criando um espaço de escuta horizontal e construção de vínculos simbólicos. Os adolescentes participantes eram indicados pelos agentes da ala do “seguro” — setor reservado a jovens que não pertencem a nenhuma facção criminosa e que exigem cuidados específicos. A participação era voluntária, respeitando a disponibilidade dos adolescentes no momento. As rodas contaram com uma média de 9 a 11 participantes por encontro.



Cada roda se iniciava com a apresentação dos pesquisadores, explicando a proposta da pesquisa e o objetivo de escutar as percepções dos adolescentes sobre a escola. Em seguida, os próprios adolescentes se apresentavam e espontaneamente, muitos compartilhavam o ato infracional cometido e se declaravam ou não reincidentes, revelando uma busca por reconhecimento de suas trajetórias. As falas giravam em torno da vivência escolar antes da internação, da experiência atual com a escola do DEGASE e de suas expectativas futuras.

Algumas rodas contaram com dinâmicas participativas, como a “amarelinha de perguntas”, que estimulavam a reflexão coletiva. Em uma dessas dinâmicas, a pergunta “O que é educação?” revelou um dado simbólico significativo: nenhum dos adolescentes associou educação à escola formal. As respostas apontavam para valores familiares e comportamentais, como “o que minha mãe me ensinou” ou “o jeito certo de se comportar”. A dissociação entre escola e educação aparece como marca de exclusão, negligência institucional e distanciamento entre os jovens e o sistema escolar.

Outro aspecto importante revelado foi a dificuldade com leitura e escrita. Muitos adolescentes pediram que os pesquisadores lessem as perguntas, e alguns declararam não saber ler. Diante disso, surgem questionamentos sobre o percurso educacional desses sujeitos, que, mesmo com 15, 16 ou 17 anos, não foram alfabetizados plenamente. Em paralelo, muitos responsabilizavam a si mesmos pelo fracasso escolar, dizendo “a culpa é minha”, ou “nunca levei a escola a sério”, expressões que remetem à violência simbólica conceituada por Bourdieu (1998), na qual o dominado internaliza a lógica da exclusão e assume a culpa por ela.

Além da escuta direta, a pesquisa incorporou como ferramenta metodológica o diário de campo, utilizado pela pesquisadora para registrar impressões, sentimentos e reflexões a partir das vivências no DEGASE. O diário foi escrito, em grande parte, logo após a saída da unidade, em um espaço simbólico — uma pequena barraca de pastel próxima ao local. Ali, ao sair pelos portões do DEGASE, a pesquisadora elaborava as angústias provocadas pelo campo: o impacto de ver adolescentes algemados, de cabeça baixa, com cabelos raspados e uniformizados; a inquietação diante da perda de identidade e do silenciamento imposto pela instituição. O diário de campo funcionou, portanto, não apenas como instrumento técnico, mas como espaço de elaboração ética e política da



experiência de pesquisa, permitindo que o olhar da pesquisadora também fosse tensionado, afetado e (re)posicionado.

A análise dos dados foi conduzida com base na Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), permitindo a identificação de categorias temáticas emergentes, como exclusão escolar, negação institucional, resistência simbólica e reconhecimento. Paralelamente ao trabalho de campo, foi conduzido um levantamento bibliográfico sistemático, com o objetivo de mapear a produção acadêmica sobre a relação entre escolarização e medida socioeducativa. A busca considerou o período entre 2012 e 2022, abrangendo teses, dissertações e artigos publicados em bases como SciELO, Google Acadêmico e o Catálogo de Teses da CAPES. Utilizaram-se palavras-chave como “adolescente em conflito com a lei”, “socioeducação e escola”, “trajetória escolar de adolescentes em privação de liberdade” e similares. Os critérios de inclusão priorizaram estudos com abordagem qualitativa que tratassem das experiências escolares dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Foram identificadas produções que relacionavam escola e socioeducacao.

REFERENCIAL TEÓRICO

A escuta, nesta pesquisa, é compreendida como uma prática metodológica, ética e política, que se afasta de uma concepção meramente instrumental de coleta de dados. Para Candau (2016), a escuta, no campo da educação, implica abertura ao outro e disposição para ser afetado. Escutar, sobretudo em contextos marcados por desigualdades históricas, é reconhecer a alteridade e legitimar sujeitos historicamente silenciados. No mesmo sentido, Marli André (1995) aponta que a escuta na pesquisa qualitativa deve ser sensível e contextualizada, capaz de acolher sentidos, emoções e significações que emergem nas narrativas dos participantes. Na presente investigação, escutar os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa não é apenas uma forma de levantar informações sobre suas trajetórias escolares, mas um gesto de reconhecimento de sua condição de sujeitos históricos e políticos.

A escola, por sua vez, assume lugar ambíguo na vida desses adolescentes. Embora constitucionalmente garantida como direito, ela é vivenciada, em muitos casos, como espaço de exclusão, controle e fracasso. Bourdieu e Passeron (1975) argumentam que a escola funciona como um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais,



legitimando formas de dominação simbólica que penalizam aqueles que não dominam os códigos culturais valorizados pela instituição escolar. A violência simbólica se manifesta quando o próprio sujeito internaliza o fracasso como responsabilidade individual, desconsiderando os condicionantes estruturais que produzem a desigualdade educacional. Essa dinâmica foi evidenciada nas rodas de escuta, quando os adolescentes atribuíram a si mesmos a culpa pelo insucesso escolar: “a culpa é minha”, “nunca levei a escola a sério”, “eu não quis aprender”. Essas falas ilustram o processo de inculcação da lógica do fracasso como destino natural.

Foucault (1997) oferece outra chave analítica relevante ao compreender a escola como parte de um conjunto de instituições modernas que operam pela lógica da disciplina e da normalização dos corpos. A escola, ao lado da prisão, do hospital e do quartel, integra o que o autor denomina de instituições disciplinares, que moldam comportamentos, impõem rotinas e classificam sujeitos. No contexto da socioeducação, essa relação entre educação e disciplina é ainda mais intensa, pois a escola atua dentro de um espaço de contenção, em que os adolescentes são alvo de vigilância constante, tanto física quanto simbólica. O ambiente escolar dentro da unidade, apesar de sua função legal, carrega as marcas dessa ambiguidade: pode ser um lugar de (re)significação ou apenas mais um dispositivo de controle.

Arroyo (2012) contribui ao ampliar a compreensão sobre a trajetória dos adolescentes em contextos de exclusão social, destacando que suas experiências escolares não podem ser analisadas de forma dissociada das condições materiais de existência. O autor argumenta que a escola historicamente falhou com as juventudes das periferias, ao não reconhecer suas culturas, saberes e formas de estar no mundo. Essa falha gera o que ele chama de “desvinculação simbólica”, ou seja, o rompimento entre o sujeito e o sentido da escola em sua vida. Os dados coletados nesta pesquisa demonstram que muitos adolescentes não identificam a escola como espaço legítimo de formação. A dissociação entre “educação” e “escola”, revelada nas rodas de escuta, em que os adolescentes associaram educação apenas a valores familiares e não ao espaço escolar, reforça essa desvinculação.

Paulo Freire (1987), por sua vez, oferece uma perspectiva contra-hegemônica, ao propor uma pedagogia do diálogo, do reconhecimento e da escuta. A escola, para Freire, deve ser espaço de construção coletiva do saber e de valorização das experiências dos



educandos. Quando os adolescentes são escutados, suas histórias são reconhecidas e suas vozes passam a compor o processo educativo. Ao propor rodas de escuta como espaço metodológico, esta pesquisa se inspira no compromisso freiriano com uma educação humanizadora e libertadora, mesmo (ou especialmente) em contextos de privação.

O levantamento bibliográfico realizado reforça essas leituras teóricas. Estudos apontam que a trajetória escolar dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa é frequentemente marcada pela evasão, pelo fracasso e pela ausência de vínculos com a escola. A maioria dessas produções privilegia abordagens institucionais ou documentais, com pouca escuta direta dos adolescentes. A presente pesquisa, ao priorizar a escuta como método, avança na direção de preencher essa lacuna, produzindo conhecimento a partir da voz dos sujeitos diretamente envolvidos.

Assim, a fundamentação teórica que sustenta este trabalho articula autores que compreendem a escola em sua dimensão sociopolítica e simbólica, reconhecendo os limites, contradições e potências da instituição escolar na trajetória de adolescentes em vulnerabilidade. Ao conjugar escuta, crítica e diálogo, a pesquisa busca não apenas descrever experiências, mas produzir sentidos que contribuam para uma educação mais justa e humanizada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das rodas de escuta com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Centro de Socioeducação Dom Bosco revelou dimensões significativas da experiência escolar desses jovens, tanto antes quanto durante a internação. Com base nas anotações do diário de campo e nas falas coletadas nos encontros, foi possível identificar alguns eixos centrais que estruturam os sentidos atribuídos por eles à escola. Grande parte dos adolescentes relatou histórias escolares marcadas pela evasão, pelo desinteresse e pelo insucesso, experiências que antecederam o envolvimento com atos infracionais. Muitos afirmaram que “não gostavam da escola” ou que “não levavam a escola a sério”, discursos frequentemente acompanhados por sentimentos de culpa pessoal: “a culpa foi minha”, “eu não quis estudar”. Essa autodepreciação é sintoma do que Bourdieu (1998) denomina quando o sujeito internaliza a lógica da exclusão como



se fosse fracasso individual, desconsiderando os condicionantes sociais e institucionais que o afastaram da escola.

As falas também revelaram que a escola anterior ao DEGASE era um espaço de pouca escuta e acolhimento, onde a presença dos adolescentes era frequentemente marcada por conflitos com professores, discriminação e falta de vínculo. A ausência de uma política institucional que considerasse suas realidades e subjetividades contribuiu para a construção de um espaço escolar que não os reconhecia como sujeitos legítimos da aprendizagem (ARROYO, 2012).

Em relação a escola do DEGASE, ao serem questionados sobre a escola dentro da unidade socioeducativa, os adolescentes demonstraram percepções ambíguas. Alguns afirmaram que os professores “não acreditavam neles” ou que os tratavam como alunos que “não tinham mais jeito”. A ausência de expectativa positiva em relação a esses jovens foi apontada como desmotivadora e desmobilizadora de qualquer projeto educativo. Esse olhar estigmatizado da própria escola é um obstáculo para a ressignificação da experiência escolar no contexto de internação.

Outros adolescentes, porém, apontaram que a escola do DEGASE representava, ainda que de forma frágil, uma possibilidade de “passar o tempo” ou “aprender alguma coisa”, revelando a existência de fissuras no discurso do fracasso. Contudo, tais percepções não se consolidam como projetos de vida, mas como experiências isoladas, muitas vezes mais relacionadas à rotina do que à aprendizagem significativa.

Um dado que emergiu com força nas rodas foi a dissociação entre educação e escola. Quando provocados a responder “o que é educação”, nenhum dos adolescentes associou o termo à escola ou à aprendizagem formal. As respostas giraram em torno de valores familiares e comportamentais: “é o jeito que minha mãe me ensinou a me comportar”, “é respeitar os outros”. Para eles, a educação é um valor moral e relacional, desvinculado da instituição escolar. Esse dado é significativo, pois revela a ruptura simbólica entre os adolescentes e o campo educacional formal. A escola não é reconhecida como um espaço legítimo de educação. Isso reforça as análises de Arroyo (2012), quando afirma que muitos jovens das periferias têm trajetórias escolares que não produzem pertencimento, pois suas experiências e culturas não são acolhidas no espaço escolar.



Outro aspecto de destaque foi o valor atribuído ao simples fato de serem ouvidos. Os adolescentes frequentemente expressavam satisfação em participar das rodas: “bom sair do alojamento”, “aqui a gente pode falar”. Esse sentimento revela o quanto a escuta é rara em suas vidas institucionais, inclusive nas relações com a escola e com os agentes socioeducativos. A escuta, neste contexto, atua como ato político de reconhecimento, como defende Candau (2016), pois desloca os adolescentes da condição de objetos da medida para sujeitos de fala. O ambiente circular, os materiais lúdicos e a dinâmica acolhedora contribuíram para que se expressassem com liberdade, mesmo diante de experiências traumáticas e estigmatizantes.

Durante as dinâmicas, como a amarelinha com perguntas, muitos adolescentes demonstraram dificuldades severas de leitura. Alguns não conseguiam ler os papéis e pediram ajuda; outros disseram diretamente que “não sabiam ler”. Essa constatação revela a gravidade da exclusão escolar vivida: adolescentes de 15, 16 anos que chegam à medida de privação de liberdade sem saber ler ou escrever adequadamente. Esses silêncios — quando o adolescente não consegue ou não quer ler — são também formas de fala, que evidenciam a negligência institucional sofrida ao longo de toda sua trajetória escolar.

Esse dado não é apenas um sintoma de uma falha pedagógica, mas da própria lógica de produção da exclusão social e simbólica que estrutura a relação entre escola e juventude pobre no Brasil (BOURDIEU, 1998; FREIRE, 1987).

Essa leitura dos resultados mostra que a escola, tanto fora quanto dentro da unidade socioeducativa, ocupa um lugar frágil e ambíguo na vida dos adolescentes: não é espaço de pertencimento, mas também não é totalmente descartada. Entre o ressentimento, a desconfiança e os lampejos de desejo, o que se evidencia é a necessidade de repensar a função social da escola diante das juventudes em conflito com a lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa investigou o significado da escola na trajetória de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, a partir de rodas de escuta realizadas no Centro de Socioeducação Dom Bosco, no Rio de Janeiro. Ao optar pela escuta como método e gesto político, buscou-se compreender não apenas o que os



adolescentes pensam sobre a escola, mas como a escola os atravessou — e, muitas vezes, os excluiu — ao longo de suas vidas.

O título deste trabalho — *“Entre muros e palavras”* — não é apenas uma metáfora, mas a síntese da ambiência vivida no campo. Os muros, concretos e simbólicos, marcam a contenção, a institucionalização e a ausência de liberdade que configuram o cotidiano dos adolescentes internados. As palavras, por outro lado, emergiram como possibilidade: nas rodas de escuta, a fala desses jovens se impôs como força de resistência, expressão de subjetividades que persistem, apesar do silenciamento imposto por histórias marcadas pela desigualdade.

Ao refletirem sobre suas experiências escolares, os adolescentes revelaram uma trajetória profundamente marcada pelo desencontro com a escola. Falaram de fracassos, de rejeições, da ausência de vínculo e da falta de reconhecimento como sujeitos de direito. Em suas narrativas, muitos atribuíram a si mesmos a responsabilidade pelo insucesso, naturalizando uma lógica de exclusão estruturada que a escola historicamente perpetua — aquilo que Bourdieu (1998) define como violência simbólica. Outros relataram a indiferença de professores, a desatenção institucional e o sentimento de que “não tinham mais jeito”.

Em momentos significativos, como na dinâmica da amarelinha, os adolescentes demonstraram que não associam espontaneamente a palavra “educação” à escola. Para eles, educação é um valor moral — algo que se aprende com a família, com a convivência — mas não necessariamente no ambiente escolar. Esse distanciamento simbólico da escola revela o quanto a instituição tem falhado em produzir pertencimento e sentido para esses jovens.

Contudo, entre muros, também houve palavras. As rodas de escuta se mostraram um espaço potente de escuta ativa, de acolhimento e de produção de sentido. O simples fato de serem ouvidos gerou impacto — os adolescentes expressaram alegria por participar, interesse em falar, disposição em compartilhar. Escutar, nesse contexto, foi mais do que uma metodologia: foi um ato de reparação simbólica. Um momento em que a fala pôde circular livremente, rompendo por instantes com o silêncio institucional.



Dessa forma, esta pesquisa conclui que o significado da escola para adolescentes em privação de liberdade está profundamente atravessado por experiências de negação, mas também por desejos sutis de reconexão. Entre o ressentimento e a possibilidade de ressignificação, o que se revela é a urgência de se construir uma escola que escute, que reconheça e que acolha. Uma escola que exista para além dos muros — e que, por meio da palavra, possa reabrir caminhos.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. *Impasses e desafios das políticas públicas para juventudes populares*. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2012.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: **Edições** 70, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: **Vozes**, 1998.
- CANDAU, Vera Maria. *Educação intercultural: entre saberes e práticas pedagógicas*. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 177–192, jan./mar. 2016.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 17. ed. Petrópolis: **Vozes**, 1997.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Estudo de caso: o estado da arte. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 51, p. 117–133, dez. 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301995000300007>.

